

O VOTO E O SUFRÁGIO UNIVERSAL

EDUARDO COLOMBO



O REGIME DE REPRESENTAÇÃO PARLAMENTAR DESPOSA O POVO DE SUA CAPACIDADE DE FAZER OU DE ESTABELECEER SUAS PRÓPRIAS NORMAS. JÁ DURANTE A REVOLUÇÃO, DURANTE O PERÍODO DA REPÚBLICA, A BURGUESIA JACOBINA SE OPÕE AO DIREITO DAS SEÇÕES TEREM ASSEMBLEIAS PERMANENTES. “SE AS ASSEMBLEIAS PRIMÁRIAS – DISSE ROBESPIERRE – SÃO CONVOCADAS PARA JULGAR QUESTÕES DE ESTADO, A CONVENÇÃO SERÁ DESTRUÍDA”. PALAVRAS QUE SUSCITARAM O SEGUINTE COMENTÁRIO DE PROUDHON: “ESTA CLARO. SE O POVO CONVERTE-SE EM LEGISLADOR, PARA QUE SERVEM OS REPRESENTANTES? SE GOVERNA POR SI MESMO, DE QUE SERVE OS MINISTROS?”

O Voto e o Sufrágio Universal

Eduardo Colombo

. b i b l i o t e c a .



TERRA LIVRE

Tradução: Vitor Ahagon

Revisão e diagramação: Eduardo Cunha e Gabriela Brancaglion



Biblioteca Terra Livre

Rua Eng. Francisco Azevedo, 841, sala 04 - Perdizes

Caixa Postal 195

São Paulo - SP, Brasil

CEP: 01031-970

<http://bibliotecaterralivre.noblogs.org/>

bibliotecaterralivre@gmail.com

São Paulo
2012

Apresentação

Periodicamente, homens e mulheres, todos os “cidadãos de bem”, são convocados pelo poder político para escolher os representantes do povo, exercendo o mais alto grau de cidadania e política. Este costume, este hábito, foi inaugurado já faz longa data e se instaura como legítimo até os dias de hoje. Durante toda a história, os anarquistas, tradicionalmente, foram aqueles que mais analisaram e criticaram o voto e a política representativa, porém, este fato não põe fim a esta questão, pelo contrário, essa crítica histórica não pode ser tida como algo dado ou acabado, mas sim como uma questão que deve ser pensada e refletida a todo momento, pois, assim como a economia capitalista a política representativa é dinâmica e não cessa de movimentar-se e de atualizar-se constantemente junto à realidade social. Tanto a economia como a política são duas instâncias sociais indissociáveis que devem ser analisadas em seu conjunto, uma não existe sem a outra. Se um grupo, nação ou pessoa forem ricos, só conseguirão manter sua riqueza através do poder político, ou Estado. Por sua vez, o poder político, ou Estado, só poderá continuar existindo se a riqueza produzida for expropriada pela minoria da imensa maioria. Buscar entender qual é o papel do voto e das eleições é tentar entender melhor esta dinâmica social, ou este movimento complexo, que ocorre entre o econômico e o político, levando em consideração que o voto é uma força que atua no plano do imaginário social, reforçando e alimentando o bloco imaginário neoliberal¹.

¹COLOMBO, Eduardo. Democracia e Poder – A Escamoteação da Vontade, Editora Imaginário, São Paulo, Brasil, 2011: “A sociedade funciona, pensamos, na base de um sistema simbólico-imaginário de significações – de conceitos e valores – organizado como um ‘campo de força’ atraindo e orientando os diferentes conteúdos desse universo de representações e práticas. Exprime-se, ou se torna visível, no modo de instituições, ideologias, mitos, ciências, formas sociais que, uma vez estabelecidas, encerram e limitam o pensamento e a ação. É isso que nos permite falar de bloco imaginário.” p. 56-57.

Esforçando-nos em compreender estes movimentos, não devemos cair no erro de cometermos análises superficiais, acabando por fazer como aqueles que aderem à política representativa, de forma descompromissada e acrítica. Não podemos, e não devemos, aderir mecanicamente às palavras de ordem, tais como, “Vote Nulo!” ou “Não Vote!”, só porque se inscrevem na história daqueles que lutaram por maior autonomia e liberdade, mas porque fazem parte de toda uma reflexão teórica elaborada coletivamente através do esforço e experiência de muitos militantes e ativistas. Neste sentido, trazemos o texto de Eduardo Colombo como mais um material que visa colaborar, humildemente, para esta reflexão, possibilitando a todos uma maior autonomia no momento de julgar se o voto é, de fato, exercer a política que desejamos. A tradução foi feita a partir da coleção de artigos do livro “La Voluntad del Pueblo, democracia y anarquia”.

Nosso objetivo, com este texto, é ajudar a esclarecer quais são as forças sociais que atuam na sociedade. Pois ao compreendermos melhor como funciona a dinâmica social, ampliamos nosso espectro de atuação coletiva, abrindo a possibilidade de construção de outros mundos que carregamos em nossos corações, mostrando, pelo fato, que é possível exercer uma política para além do voto!

Biblioteca Tera Livre

O Voto e o Sufrágio Universal

“Os anarquistas não votam!”

Com certa frequência escutamos essa afirmação. É verdadeira?

_____O Voto

Vejamos primeiro o que é votar.

I. O voto é um procedimento que permite expressar uma opinião ou uma vontade. Segundo sua etimologia latina, votum sendo o particípio do passado de vovere: invocar (Littré), fazer voto de, dar ou negar o próprio voto. Votar é dar a própria voz ao conselho (nas antigas confrarias religiosas). Pode-se votar de diferentes modos, como, por exemplo, por ordem ou por cabeça. O sufrágio, o voto, é um método que serve habilmente para extrair uma maioria (relativa, simples, de $\frac{3}{4}$, etc.) Não tem sentido mais que nos casos em que se pode considerar que a existência de uma opinião majoritária é pertinente à questão.

II. Votar, então, é dar uma opinião (em sentido amplo) sobre algo ou sobre alguém, em geral para constituir uma maioria. Dar o próprio voto pode servir em uma deliberação ou em uma eleição: neste último caso, permite eleger (as palavras *electio* e *eligere* significam eleição e escolha) entre duas ou várias pessoas que se postulam para um cargo institucional. Também pode-se utilizar o voto para eligere uma estratégia ou, melhor dizendo, para afirmar ou negar um ponto de vista.

III. O voto serve para delimitar uma maioria, é certo, mas

para que serve uma “maioria”? Seguramente, não para ter razão. Mas ali onde as opiniões divergem sobre as questões de oportunidade ou de tática, ali onde os argumentos não são convincentes – inclusive, uma vez mais, não se trata de questões de princípios ou valores – por exemplo, para se decidir qual dia se lançará uma greve ou para saber se está ou não de acordo para fazer um número especial de uma revista, a decisão pela maioria se converte em um procedimento útil.

IV. Para os anarquistas, então, é preciso considerar o voto em relação com a *pertinência de uma maioria*.

Primeiro: a lei da maioria, própria à democracia direta ou indireta, (facilmente criticável e criticada em nível da filosofia política do anarquismo) não é uma “lei” que se impõem aos anarquistas: toda a tomada de decisão, todo o compromisso deve ser livremente adquirido ou aceito.

Segundo: O livre acordo exclui a maioria formal obtida por um voto. Inumeráveis decisões, situações, circunstâncias, escapam do recurso de uma maioria qualquer. A “maioria” de pessoas, a maioria em uma assembleia, não conhece a verdade, não pode pretender ter razão, não sabe nem melhor nem pior que eu, você ou vocês, o que é necessário fazer (pode-se dizer que uma assembleia de sábios tem a inteligência do mais débil de seus membros).

Terceiro: em matéria de valores, de “princípios”, de conhecimentos, pedir que se tome uma decisão “pela maioria” é uma inépcia.

Nego-me a participar de uma votação onde seja necessário decidir se a liberdade é preferível à escravidão, ou se a teoria imunológica da “seleção clonal” é verdadeira.

Mas quando se trata de encruzilhadas estratégicas grupais, quando é preciso empreender atividades comuns, quando faz falta pôr-se de acordo para eleger uma orientação mais que a outra – e eu, como indivíduo, não penso que esta eleição afete meus valores (meus princípios) – posso muito bem aceitar como método útil a participação em uma decisão tomada pela maioria.

Corolário: em um grupo anarquista, ou em uma assembleia, se decidiu *em conjunto* recorrer a uma decisão pela maioria e pessoalmente aceito participar da votação, então atendo-me à decisão majoritária (o qual é uma regra de responsabilidade ética).

_____O voto secreto

O voto deve ser público ou secreto? “É uma grande questão”, dizia Montesquieu (ver o Espírito das leis, livro II, 2) quem, ao abordar o problema, apoiava-se em Cícero. Este escreve no Livro III das Leis: “O melhor é sufragar em voz alta; mas podemos fazer desta uma regra?”. E complementa algumas linhas depois: “nunca um povo livre sentiu a necessidade” de uma lei que estabeleceria o “escrutínio secreto”, embora “à reclame com insistência quando está oprimido sob o poder e a dominação dos grandes”.

Montesquieu aprova: “Sem dúvida, quando o povo sufraga, os sufrágios devem ser públicos ; e isto deve ser visto como uma das leis fundamentais da democracia”.

Mas nem Cícero, nem Montesquieu, experimentaram forte paixão pela igualdade e encontraram situações atenuantes para todos aqueles que recorrem ao velado. O voto secreto

² Votar. (N.T.)

³ Em Atenas se levantam as mãos.

– acreditava Montesquieu – previne as intrigas, quando em uma aristocracia, o corpo dos nobres deve sufragar, dado que “tudo se faz por meio de intrigas e mistérios entre os grandes”.

Por outro lado, Maquiavel, espírito acostumado a esses assuntos, sabia que sob a cobertura do secreto se tecem as facções partidárias. Nas Histórias Florentinas (Livro VII, 2º) lemos, a propósito de Cosme de Médicis e Neri Capponi: “Neri era dos que havia conquistado sua popularidade por caminhos legais, de maneira que tinha muitos amigos, mas poucos partidários. Cosme... que havia conquistado sua popularidade tanto por vias secretas como à luz do dia, tinha amigos e partidários aos montes”.

Na realidade, ao longo de uma história que vem de há muito tempo, o voto público ou secreto foi acordado ou instituído por reis, tiranos ou oligarcas dominantes em função da oportunidade oficial ou da conjuntura política e – obviamente – das relações de força. O grupo dominante, aristocrático ou oligárquico, controla melhor diretamente uma assembleia mediante o voto público (como recordava Montesquieu: os trinta tiranos de Atenas quiseram que os sufrágios dos Areopagitas fossem públicos, para dirigi-los segundo seus caprichos), e indiretamente mediante o voto secreto⁴

No maior poder, sigilo extremo: o Colégio Sacro se reúne no Conclave (conclave = trancado à chave) para eleger o Papa.

O movimento progressista, socialista e operário do século XIX se opôs, em sua origem, ao voto secreto, porque facilitava a irresponsabilidade e a hipocrisia. E não o admitia em suas

⁴ No original: “ El grupo dominante, aristocrático u oligárquico, controla mejor desde el exterior una asamblea mediante el voto público (como recordaba Montesquieu: los treinta tiranos de Atenas quisieron que los sufragios de los Areopagitas fueran públicos, para dirigirlos según su capricho), y desde el interior mediante el voto secreto.”

próprias assembleias, como continuam fazendo os anarquistas; mas a frequente conquista do sufrágio, chamado universal, frente à realidade da opressão, a miséria e a exploração, teve de aceitar que o voto secreto constituía uma proteção para o trabalhador e o camponês, podendo deste modo escapar do furor do patrão ou do senhor feudal quando estes encontravam o voto “descortês”.

Em uma assembleia, o voto secreto permite dissociar o que se diz do que se faz, a opinião da ação: dar a própria opinião em público segundo o bom critério da razão sensata e votar sob a proteção do secreto segundo os interesses mais imediatos ou as paixões mais inconfessáveis.

Para os fracos e os explorados, o voto secreto é uma proteção que permite expressar uma opinião que não encontra-se na posição de assumir. Para os livres e iguais, o voto secreto é um obstáculo que os obriga contar com o receio e o tartufo.

Em duas palavras, o voto secreto é uma necessidade para os oprimidos ou os indefesos e um vício de buldogues e papas.

Na democracia direta (igualmente como na Ágora da Polis ou nas reuniões da *ecclesia*) a palavra era livre (*par-rhesia*) e igualitária (*isegoria*), igualmente nas assembleias *sansculottes*, ou em um movimento trabalhador revolucionário⁵, se votava publicamente, com o punho levantado, frente aos outros, os iguais, os *homoioi*.

_____ O sufrágio universal

“Se as eleições servissem para mudar algo, seriam proibidas.”

⁵ Ver meu escrito “De la polis et de l’espace social plébeien”.

“Os anarquistas não votam!” É certo, quando se trata de sufrágio universal, os anarquistas predicam a abstenção revolucionária.

O anarquista se nega a valer-se da cédula eleitoral para mudar algo ou para participar da expressão “a vontade do povo”, porque sabe que essas duas ilusões são dois enormes enganos constitutivos da democracia representativa.

As pessoas honestas e simples deveriam saber e não o sabem. Um espírito livre não pode deixar de surpreender-se vendo ao seu redor que, inclusive quando se abusa dele e o engana periodicamente, a confiança do eleitor sobrevive às repetidas decepções e às suas próprias lamentações cotidianas (Sébastien Faure), e, como lamentava Sísifo, o eleitor continuará votando até quando o poder político lhe peça que o faça.

Sabemos que nossos argumentos são fortes, mas a razão não é suficiente. O hábito e o costume se impõe por si mesmo, pela única razão de que o cidadão já encontra-os no tecido social; os recebeu ao nascer e seguirá a lei que o poder lhe deu.

“Então as leis, escreveu Montaigne, mantêm seu crédito não porque são justas senão porque são leis. Este é o fundamento místico de sua autoridade, não possui outro.”⁶

O regime de representação parlamentar desposa o povo de sua capacidade de fazer ou de estabelecer suas próprias normas. Já durante a Revolução, durante o período da República, a burguesia jacobina se opõe ao direito das seções terem assembleias permanentes. “Se as assembleias primárias – disse Robespierre – são convocadas para julgar questões

⁶ Montaigne, Ensaios, III, XIII, “Da Experiência”.

de Estado, a Convenção será destruída”. Palavras que suscitaram o seguinte comentário de Proudhon: “Está claro. Se o povo converte-se em legislador, para que servem os representantes? Se governa por si mesmo, de que serve os ministros?”⁷

Mas o governo é necessário, nos dizem, para manter a ordem na sociedade e para assegurar a obediência à autoridade, mesmo se essa ordem e essa obediência consagram “a subordinação do povo ao rico, do vilão ao nobre, do trabalhador ao patrão, do laico ao sacerdote.” Em síntese, a ordem estatal é a hierarquia social, a miséria para a maioria, a opulência de uns poucos.

A democracia representativa, que repousa sobre o sufrágio universal, não pode mais que comportar esta ordem. Bakunin pensava que “o despotismo governamental nunca é tão temível e tão violento como quando se apoia sobre a pretendida representação da pseudo vontade do povo.”⁸

Mas, porque o sufrágio universal não pode expressar mais que uma pseudo vontade? Porque encerra três ficções, três verdadeiras “armadilhas para tolos”:

I. Um indivíduo (um cidadão ou cidadã), um voto. A igualdade numérica da instituição coletiva, que é o sufrágio universal, constrói várias unidades abstratas – maioria, minoria, abstencionistas – a partir de uma ordem serial que separa e isola os indivíduos concretos e reais. Esses indivíduos são agentes de práticas sociais diversas, integram grupos sociais, formam parte de uma rede de relações afetivas e

⁶ PROUDHON, Pierra Joseph, *Idée générale de la révolution au XIX siècle*, Paris, Edição da Federação Anarquista Francófona, 1979, p.119.

⁷ BAKUNIN, Mkhail. *Étatisme et anarchie*. (Euvres complètes, Paris, Champ Libre, 1976, Vol.IV, pág.221) Edição em português, *Estatismo e Anarquia*, Editora Imaginário.

cognitivas de trabalho e de ócio. Esses grupos arrastam enormes desigualdades frente ao saber, as possibilidades de informação, o dinheiro. A unidade abstrata, e artificialmente construída, que emana das urnas serve para desempatar somente, em menor custo que a luta aberta, a confrontação entre os diferentes grupos políticos e econômicos da classe dominante em sua luta por controlar o governo, os partidos políticos, a mass media, a circulação de capitais. As oligarquias “representativas” que conhecemos no mundo industrializado sob a denominação “regimes democráticos” apoiam-se sobre esta pseudo vontade popular – resultado da igualização ou uniformização imposta na abstração numérica por meio do sufrágio universal – para manter a hierarquia social e a apropriação capitalista do trabalho coletivo.

II. A escolha do eleitor recai, na prática, sobre candidatos selecionados previamente pelos partidos políticos. Esses candidatos – salvo nas eleições municipais de cidades pequenas – já tem feito, pelas exigências institucionais desses mesmos partidos, uma longa carreira política; foram pré-selecionados e não vejo de que maneira alguém rebelde ou relutante que quer dar seus primeiros passos possa continuar sua carreira. São os partidos que elegem os “representantes do povo”, e são eles quem solicitam aos eleitores seus votos.

A vontade do povo, uma vez reduzida a uma unidade numérica – o povo não delibera e não decide, são seus pretendidos representantes que o fazem por ele – tem, para expressar-se, a possibilidade de optar pela última instância entre os três personagens políticos, e escolhe, como se diz, o mal menor. Escolher o mal menor é, logicamente, escolher sempre o mal. E como se pode fazer crer que isso é a vontade do povo?

III. A representação que emana do sufrágio universal é uma

delegação global do poder do eleitor (de sua capacidade de decidir) sobre a pessoa do representante durante o tempo de seu mandato. Tem-se escutado as pretensões dos membros das seções de Paris em 1789, que ordenavam a seus delegados a se conformar-se às vontades das assembleias primárias. Esqueceram-se do mandato imperativo ou controlado. Esqueceram-se da revogabilidade, a todo momento, do cargo de delegado. As “assembleias primárias” pertenciam de agora em diante aos partidos políticos (se pudermos continuar chamando assim a essas reuniões convocadas pelos “caciques”).

O povo, considerado menor, está sob tutela. Elegeu seu amo. E cala-se a boca até a próxima convocação do poder político.

Chama-se democracia política ou indireta esta instituição à qual a vontade do povo foi escamoteada pela alquimia do sufrágio universal.

O anarquista não quer atuar na comédia. Não se dobra frente à autoridade institucional.

“Os anarquistas não votam!”

Campanha Existe Política além do Voto!

Manifesto

Já percebeu que votar não resolve os verdadeiros problemas da população? Vem governo, vai governo e a situação permanece igual. Nas eleições, os políticos prometem soluções para todos problemas e pedem nossos votos. Mas quando são eleitos esquecem daqueles que o elegeram.

Quantas decisões são tomadas sem a nossa opinião? Mudam as leis, constroem usinas e estádios de futebol. Aumentam a passagem do transporte público e gastam milhões com seus salários. Mas nada de mais hospitais, escolas e creches. Não fazem nada em relação às enchentes. A polícia continua oprimindo o povo todos os dias.

Os governantes dizem que são ações para o nosso “bem” e que é o “melhor para a gente”. Mas como podem saber o que queremos se não nos consultam?

Eles não querem saber o que precisamos, queremos e desejamos.

Isso tudo não é novidade para maioria de nós. Enxergar que as coisas não vão bem já é um começo, mas não basta. Devemos ir além! Temos que tomar de volta nossas vidas em nossas próprias mãos!!!

Ninguém mais aguenta essa política que nos impõem. A democracia representativa, esse sistema baseado nas eleições de políticos para cargos de governo, é o que mantém as coisas como estão. O poder está concentrado nas mãos de uma minoria que governa em favor dos ricos e poderosos, ignorando as necessidades e os desejos do povo.

O crescimento econômico é uma farsa, pois somente os grandes empresários se beneficiam com ele. O povo, como sempre, recebe só as migalhas que caem dos bolsos cheios

dos detentores do capital que são favorecidos por aqueles que detém o poder. E nesse sistema capitalista sempre quando alguém ganha, muitos outros perdem...

É por isso que nos colocamos contra esse sistema político-econômico. Não aceitaremos mais que os políticos decidam por nós! Vamos nos organizar e construir novas formas de viver em sociedade.

Existe política além do voto! Votar de quatro em quatro anos não é fazer política. Existe um outro mundo a ser descoberto. Ele não está tão distante quanto imaginamos. Para vê-lo, basta apenas pararmos de aceitar o que nos impõem e passar a agir para alcançar um horizonte que está além do que estamos acostumados a enxergar.

Para isso propomos fazer política todos os dias, coletivamente, e que as decisões e ações partam de cada um e de todos. Uma política construída diretamente pelas pessoas. Que elas mesmas tenham a possibilidade concreta de defender seus interesses e decidirem sobre o rumo das suas vidas, associando-se com outras pessoas que tenham interesses e vontades em comum. Que as decisões sejam tomadas com todos os indivíduos em pé de igualdade, sem nenhum indivíduo com mais poder do que outro, baseados em uma relação de cooperação e solidariedade.

Propomos, ao invés da democracia representativa e das eleições, uma democracia direta em que as pessoas se organizem para decidir sobre os assuntos nos quais estejam envolvidas, seja no seu bairro, na sua escola, no seu local de trabalho, enfim, em qualquer espaço de convivência. Queremos uma política que seja feita no dia-a-dia, que esteja integrada às nossas vidas. Que não tenhamos mais que escolher um governante. Uma política na qual não precisemos mais votar e nem eleger ninguém! Que sejamos nós mesmos a decidir e agir na organização da sociedade.

Essa proposta política é praticada em diversas partes do mundo e por muitos grupos diferentes. Trabalhadores se reúnem para produzir bens ou prestar serviços sem necessidade de um patrão, em sistema de autogestão. Diferentes grupos de pessoas se organizam em associações de bairros, mantêm centros culturais, participam de movimentos sociais, culturais e políticos, assim como de manifestações, protestos, ocupações e ações para denunciar as injustiças cometidas pelo Estado e pelos capitalistas. São pessoas que pela ação direta, sem representantes e sem chefes, decidem e atuam na política e na economia de nossa sociedade. Esses grupos se comunicam e se coordenam, combinando ações, criando laços de apoio e ações conjuntas, mas cada um com sua autonomia, organizando-se sem hierarquias e sem um grupo dirigente ou governante, associando-se num sistema que chamamos de federalismo.

Acreditamos que só assim construiremos uma sociedade livre, justa e igualitária.

Façamos nós mesmos a nossa história! Existe política além do voto!

ACESSE: alemdivoto.milharal.org

